



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

912

08

3ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 330453-6 - 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital

Recorrente : Jefferson Bruno de Souza Castro  
Advogado : Paulo Eduardo Guedes Maranhão PE 028436  
Recorrido : Estado de Pernambuco  
Procurador : André Oliveira Souza  
Relator : Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO INTERNO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO. ARGÜIÇÃO DE MODIFICAÇÃO POSTERIOR DO EDITAL. INOCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DO EDITAL. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

1. A nota de esclarecimento expedida pelo Chefe de Gestão de Capacitação da Secretaria de Defesa Social aclarou de forma plena que o termo "cada prova" constante no subitem 3.1.6 do instrumento convocatório, se referia a cada disciplina constante no caderno de provas o que quer dizer que o candidato para conseguir ser aprovado no certame em tela teria que obter grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova/disciplina uma média aritmética global igual ou superior a 5,00(cinco).

2. Da análise dos autos, observa-se que o recorrente não superou o 1º critério de corte que exigia um mínimo de 40% de acertos para cada prova/disciplina, logrando êxito, apenas, no 2º critério, uma vez que obteve uma nota global superior a 5 (cinco) o que não é suficiente para cumprir a exigência prevista no item 3.1.6 do edital que obriga que o candidato supere os dois requisitos citados, conjuntamente.

3. Não houve alteração dos itens 3.16 e 3.1.8 do edital, pois a administração pública apenas aplicou os critérios constantes na "nota de esclarecimento" divulgada no ofício nº 127-2010 GGAIIIC/ GICAP que informou que o candidato teria que alcançar o índice mínimo de acerto de 40% em cada disciplina, o que não foi conseguido pelo agravante.

4. A apontada ilegalidade do ofício n.º 127/2010, intitulado como "nota de esclarecimento", não ocorreu, porquanto objetivou o Gestor de Capacitação tão somente aclarar os comandos do edital, a fim de dirimir eventual dúvida quanto a forma de correção das provas, que, frise-se, sequer haviam sido corrigidas, não alterando, em absoluto, a sua essência.

5. Recurso de Agravo improvido. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso de Agravo nº 330453-6**, da Comarca do Recife, em que figura como Recorrente, **Jefferson Bruno de Souza Castro**, e como Recorrido, **o Estado de Pernambuco**,



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

08

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em negar provimento ao presente **Recurso de Agravo** conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife 29 de

de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo  
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

08

3ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 330453-6 - 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital

Recorrente : Jefferson Bruno de Souza Castro  
Advogado : Paulo Eduardo Guedes Maranhão PE 028436  
Recorrido : Estado de Pernambuco  
Procurador : André Oliveira Souza  
Relator : Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto por Jefferson Bruno de Souza Castro em face do Estado de Pernambuco, impugnando decisão terminativa da minha lavra exarada nos autos da Apelação Cível nº 330453-6.

A decisão questionada (fls. 191/192v) negou, monocraticamente, seguimento a apelação cível, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil, mantendo, em sua integralidade, a sentença exarada pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública que negou a segurança no sentido do impetrante permanecer participando das etapas subseqüentes do concurso, acaso classificado dentro do número de vagas reservadas.

Nas razões do Recurso do Agravo, o recorrente, repete as teses lançadas na peça apelatória, quais sejam; de que as provas estão divididas em Parte Geral e Parte Específica, que as disciplinas estão desmembradas em cada uma dessas Provas e, por fim, defende a tese de que o percentual mínimo de acertos exigido é de 40% (quarenta) por cento.

Pugna pela retratação da decisão vergastada e, caso assim não proceda essa Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante a competente Câmara para que se lhe dê provimento, com o conseqüente seguimento do Apelo em apenso.

É o relatório.

**VOTO**

Mantenho a mesma persuasão que serviu de esteio a minha Relatoria ao proferir a decisão ora vergastada, ante as argumentações a seguir expendidas.

No que se infere dos autos, o demandante, ora recorrente, submeteu-se a Concurso de processo seletivo interno para acesso ao cargo de Sargento da PMPE, tendo sido eliminados do certame por não obter 40%(quarenta por cento) em cada uma das disciplinas constantes do quadro de provas, item 3.1.8, do edital de abertura do concurso em tela, no que tange ao exame intelectual.

O Estado de Pernambuco entende que "O candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00 (cinco)".



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

08

Por outro lado, o recorrente afirma que o Edital considera aprovado o candidato que obtiver média global superior a 5,00 (cinco), desconsiderando o ponto de corte, ou seja, obtiver grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova.

Percebe-se, portanto, que a grande insurgência das partes diz respeito a interpretação das normas editalícias, mais precisamente o critério elegido no que tange ao índice mínimo de pontuação necessário a classificação. Assim resumido:

Neste sentido, mister transcrevermos os itens 3.16 e 3.18 do edital do processo seletivo, in verbis:

3.1.6 - O candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5 (cinco) pontos.

### 3.18 QUADRO DE PROVAS

DISCIPLINAS	Nº DE QUESTÕES
PARTE GERAL	
Língua Portuguesa	20
Direito constitucional	10
Direito Administrativo	05
Direito Penal Militar	05
Direito Processual Penal Militar	05
Direito da Criança e do Adolescente	05
Legislação dos militares de Pernambuco	20
PARTE ESPECÍFICA PM	
Uso Progressivo da Força	10
Direitos Humanos	10
Polícia Comunitária	10
PARTE ESPECÍFICA BM	
Combate a Incêndio	10
Emergência Pré-hospitalar	10
Salvamento	10
TOTAL	100

Enquanto o Estado recorrido entendeu que o ponto de corte seria a obtenção de 40% de cada disciplina (cada matéria) da parte geral e parte específica e não ao total do "grupo de provas", os impetrantes/apelados preconizavam que se interpretasse o ponto de corte como sendo de 40% do grupo de provas, considerando o total da parte geral, assim como o total da parte específica.

Pois bem, do princípio fundamental da hermenêutica, segundo o qual, onde a norma não restringe, não cabe ao intérprete fazê-lo, devemos atinar que os critérios de avaliação são estabelecidos pela própria Administração, em juízo de mérito administrativo, sobre o qual é comezinho que não cabe represália por parte do Poder Judiciário, a menos para fazer controle de legalidade, o que não é o caso.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

08

A interpretação dada pela Administração, além de razoável, foi linearmente aplicada, de forma generalizada, a todos os candidatos, mostrando-se irretorquível a conduta da banca, afrontada pela decisão atacada, violando o princípio da tripartição de poderes.

Por lado, mostra-se plausível o argumento expendido pelo Estado de Pernambuco, segundo o qual se afiguraria ilógico permitir ao demandante "zerar" em algumas disciplinas(provas) e pontuar o máximo permitido em outras, a fim de "compensar" a pontuação.

Quanto a apontada ilegalidade do ofício n.º127/2010, intitulado como "nota de esclarecimento", não vislumbro sua ocorrência, porquanto objetivou o Gestor de Capacitação tão somente aclarar os comandos do edital, a fim de dirimir eventual dúvida quanto a forma de correção das prova, que, frise-se, sequer haviam sido corrigidas, não alterando, em absoluto, a sua essência.

Sobre o tema, pronunciaram-se também os Desembargadores Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, José Ivo de Paula Guimarães e Ricardo de Oliveira Paes Barreto nos autos do Agravo de Instrumento n.º217148-0; Agravo de Instrumento n.º217244-7 e Agravo de Instrumento n.º217305-5, respectivamente.

Sobre o tema também se posicionou o STJ, conforme julgado abaixo;

**DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. CONCURSO INTERNO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO PARA PROMOÇÃO À PATENTE DE SARGENTO. ALEGAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DOS TERMOS DO EDITAL E DE ATO ADMINISTRATIVO PROFERIDO POR AGENTE PÚBLICO INCOMPETENTE QUE LESOU AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LEGALIDADE, RAZOABILIDADE E PUBLICIDADE. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE.**

1. A nota de esclarecimento expedida pela parte agravada esclareceu de forma cabal que o termo "cada prova" constante no subitem 3.1.6 do instrumento convocatório, se referia a cada disciplina constante no caderno de provas o que quer dizer que o candidato para conseguir ser aprovado no certame em tela teria que obter grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova/disciplina uma média aritmética global o igual ou superior a 5,00 (cinco).

2. Da análise dos autos, observa-se que os agravantes não suplantaram o 1º critério de corte que exigia um mínimo de 40% de acertos para cada prova/disciplina, logrando êxito, apenas, no 2º critério, uma vez que obtiveram uma nota global superior a 5 (cinco) o que não é suficiente para cumprir a exigência prevista no item 3.1.6 do edital que obriga que o candidato supere os dois requisitos citados, conjuntamente.

3. A "nota de esclarecimento" lançada pelo Sr. Gestor de Capacitação da Secretaria de Defesa Social - SDS (ofício n.º 127/2010 GGAII/GICAP), não feriu o item 9.2 do edital visto que ela não teve o condão de substituir o edital, pois objetivou, tão somente, aclarar ponto que, em leitura desatenta, poderia causar interpretações ambíguas, não tendo produzido qualquer alteração ou retificação no Edital do certame. Além disso, a mesma foi expedida antes da correção das provas de forma que o mesmo critério de correção foi



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

08

*aplicado à totalidade dos candidatos inscritos no concurso, em respeito ao princípio da isonomia.*

*4. À unanimidade de votos, foi improvido o Agravo Regimental (Aresp 3387, relator: Ministro Hermen Benjamin, Data de Publicação: DJ 08.04.2011.*

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do presente Recurso de Agravo, para, por fim, negar-lhe provimento.

É como voto.

Recife, 27 de Maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo  
Relator